

Tasso Fragoso e a Guerra da Tríplice Aliança. História e ideologia¹

Mário Maestri

Em 1934, o general Augusto Tasso Fragoso publicou sua monumental *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, em cinco volumes. Apoiada em farta e pertinente documentação primária, seu trabalho foi e ainda é tido como paradigma para a construção de uma *história militar crítica*. A análise das 214 páginas iniciais do primeiro volume de sua história, dedicadas aos antecedentes históricos do grande conflito e à intervenção no Uruguai, registra seus apriorismos nacional-patrióticos que dissociam essencialmente sua narrativa da historiografia científica.

* * *

A historiografia responsabiliza comumente a *ambição* e a *vaidade* do ditador Solano López, espécie de *Napoleão* desajeitado do Prata, pela eclosão do conflito de 1864-70.² Entretanto, a documentação conhecida registra em forma insofismável a relutância e a demora paraguaias em responder ao pedido de socorro feito pela administração uruguaia. O que determinou que o Paraguai tardasse em fazer frente à intervenção *indireta* da Argentina e, a seguir, à invasão do Uruguai por poderosa expedição terrestre e naval imperial, com a consequente deposição do governo constitucional oriental.

A monumental *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, de 1934, do general Augusto Tasso Fragoso, circunscreve essa enorme contradição. Ou seja, materializa a oposição entre a visão historiográfica corrente, de guerra deflagrada exclusiva ou essencialmente devido à vontade de um ditador tomado pela ambição de glórias e de conquistas, e os fatos apresentados em forma incontornável pela documentação histórica, há muito à disposição dos investigadores daqueles sucessos.³

Tasso Fragoso publicou, em 1922, seu conceituado estudo histórico sobre *A batalha do Passo do Rosário*, onde abordou o maior choque militar jamais travado em territórios brasileiros, durante a Guerra Cisplatina, em 20 de fevereiro de 1827.⁴ Ao preparar seu estudo sobre o grande conflito platino, de 1864-70, apresentado uma década mais tarde, Tasso Fragoso serviu-se sobretudo de um muito rico acervo documental argentino, brasileiro, paraguaio e uruguaio, a que teve acesso privilegiado devido à sua situação de alto quadro funcional do Estado brasileiro.

¹ Agradecemos a leitura da linguista Florence Carboni, do Curso de Letras da UFRGS e do historiador Dr. Eduardo Munhoz Svartman, do Curso de Ciências Políticas, UFRGS.

² Cf. CANGOGNI, Manlio & BORIS, Ivan. *Solano Lopes, o Napoleão do Prata*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, sd. 260.

³ FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934. 264 pp.

⁴ Id. *A batalha do Passo do Rosário*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922. 387 pp.

A monumental *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai* divide-se em cinco volumes. Tasso Fragoso dedicou as 214 páginas iniciais do primeiro livro aos “Antecedentes histórico” do longo conflito. Sua ampla revisão da história política pregressa do Prata superava substancialmente a tradicional descrição, imediata e linear, dos fatos bélicos, até então praticada pela historiografia brasileira, produzida comumente por seus companheiros de farda. Tratava-se de um importante passo adiante.

Conhecido como verdadeiro pai da *História Militar Crítica do Brasil*, Tasso Fragoso empreendia o amplo estudo introdutório ao conflito geral do Prata a partir de importante concepção. Ou seja, a ideia de que sem “o conhecimento, ainda que nas suas linhas gerais, da vida dos quatro países – Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai – [...], não se podem apreender com clareza os acontecimentos sangrentos de 1865 a 1870, e formar sobre eles juízo sereno e decisivo”.⁵ Não raro, aqueles fatos pregressos determinantes eram ignorados ou evacuados liminarmente pela historiografia brasileira sobre o tema, para se centrar obsessivamente nos conflitos militares.

Ampla e rica documentação

No primeiro livro em questão, é muito rica a documentação sobre a *invasão* de Venancio Flores [1808-1868] do Uruguai, apoiada pelo governo unitário argentino, seguida da invasão imperial do território oriental, a partir de outubro de 1864. Intervenção promovida pelo gabinete liberal, apenas-empossado em 15 de janeiro de 1864, em reversão da política de neutralidade até então promovida pelo governo do Império. Agressão ao Uruguai pelas tropas imperiais que levaria à longa e mortífera guerra platina. É característica da historiografia de Tasso Fragoso nesse trabalho, a apresentação extensiva da documentação que utiliza, traduzida sempre ao português, comumente seguida de breves comentários.

Tasso Fragoso registra documentalmente os esforços do governo uruguaio em estabelecer aliança com o Paraguai, consciente da enorme desproporção de poderio militar entre o pequeno país e os dois poderosos vizinhos. A documentação que apresenta demonstra igualmente a indiscutível resistência do governo paraguaio em envolver-se no confronto, procurando servir de mediador, primeiro, entre o Uruguai e a Argentina, a seguir, entre o Uruguai e o Brasil. Mesmo se tratando de uma pugna que comprometia gravemente o país mediterrâneo. A documentação não computada por Tasso Fragoso, como por exemplo a correspondência confidencial de Francisco Solano López [1827-1870] e Bartolomé Mitre, aponta no mesmo sentido.⁶

Na apresentação documental de Tasso Fragoso, destacam-se também as reiterados e crescentes declarações da diplomacia paraguaia, primeiro *amistosas*, a seguir, *protocolares*, definindo a autonomia uruguaia como questão atinente à independência paraguaia. Iniciativas que se seguiram às sucessivas e fracassadas tentativas de mediação do conflito por parte do governo de Asunción. Aquelas admoestações terminaram levando ao que o

⁵ Id. *História da guerra* [...]. Ob.cit. p. 6.

⁶ Cf. LOPEZ, Francisco Solano. *Cartas y proclamas*. Asunción: El Lector, 1996. PP. 77 et seq.

Paraguai estabelecesse explicitamente a invasão do Uruguai como *causus belli*. A nosso juízo, nesse nível de análise, a grande questão a solucionar seria se o governo paraguaio foi envolvido inexoravelmente pela dinâmica do conflito oriental ou se foi envolvido deliberadamente no mesmo. Ou se os dois movimentos contribuíram para aquele desenlace.

A intervenção do Paraguai no conflito uruguaio não constituía intromissão indevida nas questões do Prata que não lhe diriam respeito, tese proposta por tantos trabalhos historiográficos e retomada por Tasso Fragoso. A cidade-porto de Montevideu, sob a hegemonia da Argentina e do Império, significaria a possibilidade de fechamento da saída ao mar do país mediterrâneo, ao bel-prazer daquelas nações. O que comprometeria toda a política de extroversão mercantil empreendida por Carlos Antonio López [1792-1862], ao assumir o governo, após a morte de José Gaspar de Francia [1766-1840], em 1840. Política que começara a se materializar apenas em 3 de fevereiro de 1852, com a derrota de Juan Manuel de Rosas, quando da batalha de monte Caseros, que liberara o comércio internacional do Paraguai.⁷

Fronteiras e navegação

Em 1863-64, o Paraguai tinha em aberto com a Argentina e, sobretudo, com o Império, importantes questões referentes à sua independência nacional, às fronteiras, ao comércio e à navegação. Já em 1854-5, partira do Rio de Janeiro poderosa expedição naval imperial, dirigida a Asunción, de quinze navios, 130 canhões, 2.061 marinheiros e três mil soldados, sob o comando do almirante Pedro Ferreira de Oliveira. A operação malograra na imposição, sob a pressão dos canhões, da livre navegação do rio Paraguai, na parte em que cruzava exclusivamente territórios paraguaios. Concessão que o Paraguai condicionava a acordo sobre as fronteiras entre os dois países. A seguir, o Império obtivera do governo da Confederação Argentina a licença de passagem para seus navios de guerra no rio Paraná, permissão claramente em detrimento da segurança do Paraguai.⁸

A documentação apresentada por Tasso Fragoso registra que, mesmo rejeitadas as suas ofertas de mediação e não ouvidas as suas admoestações amistosas e, a seguir, protocolares, o governo de Asunción relutava em responder positivamente aos já desesperados pedidos de ajuda militar oriental. Tamanha era a demora que, se servindo de recurso da ficção em prosa, Tasso Fragoso escreveu, pondo-se nos panos do presidente uruguaio: “Que esperava López para se decidir? Por que hesitava no momento oportuno?”⁹ Certamente impressionava ao militar-historiador a demora paraguaia em intervir no conflito, o que fez apenas quando o governo uruguaio agonizava.

Paradoxalmente, baseados na documentação disponível, em boa parte apresentada por Tasso Fragoso, podemos *acusar* Francisco Solano López de demorar-se enormemente em

⁷ Cf. MAESTRI, Mário. A Singularidade do Estado Francista: a Leitura de Oscar Creydt. *História: Debates e Tendências*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, [2012], no prelo.

⁸ TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. Uma estratégia contestada: a missão imperial ao Paraguai (1854-1855). *Revista Brasileira de História Militar*, ano II, n. 6, dez. 2011, dezembro de 2011, www.historiamilitar.com.br/artigo_4RBHM6.pdf; BENITES, Gregorio. *Anales diplomáticos de la guerra del Paraguay*. Asunción: Muñoztino, 1929. P.56.

⁹ FRAGOSO. *História da guerra [...]*. Ob.cit. p. 93.

intervir – e jamais de fazê-lo em forma açodada. Uma tardança que, do ponto de vista militar, teria sérias consequências: o fato de lançar as tropas paraguaias apenas quando a resistência oriental estava semi-aniquilada certamente determinou a sorte do conflito, em detrimento do Uruguai e sobretudo do próprio Paraguai, em um grau que podemos apenas conjecturar. O certo é que a demora dispersou as forças militares orientais; enfraqueceu o apoio federalista argentino à resistência oriental-paraguaia; teve eventual peso na decisão do general Justo José de Urquiza, caudilho de Entre Ríos, sobre o conflito, etc.

Tasso Fragoso retirou, da sua impecável e valiosa construção documental dos fatos políticos, administrativos, diplomáticos, etc. que determinaram a guerra contra o Paraguai, as mesmas conclusões ideológicas rasteiras da *historiografia de trincheira*, produzida sobretudo após o conflito, comumente por oficiais imperiais de carreira ou não, que participaram ativamente das batalhas de 1864-70. Visão proto-historiográfica que apenas retomou no geral a apologia *jornalística* oficial do Império e da Argentina unitária sobre as razões e o desenrolar da guerra. Ou seja, a visão de um conflito desejado pelo ditador Francisco Solano López; de confronto entre a barbárie paraguaia e a civilização imperial e portenha; do início do conflito devido ao aprisionamento do paquete Marquês de Olinda, em 12 de novembro de 1864, no rio Paraguai, etc., semanas após a invasão do Uruguai pelas tropas imperiais.¹⁰

A vaidade na História

Para Tasso Fragoso, a recusa do oferecimento de mediação de Francisco Solano López teria causado fortíssimo golpe na “alma prepotente e vaidosa do ditador”, sendo esta, na sua “opinião”, “um dos fatores determinantes no seu procedimento ulterior”!¹¹ Na continuação dessa lógica, a invasão militar e a deposição do governo uruguaio, empreendidas pelo Império, constituíram parte dos “pretextos” que serviram a “López para realizar suas ambições”.¹² Na visão de mundo e da história de Tasso Fragoso, a “vaidade e ambição dos homens” constituíam fator determinante da história, por sobre a própria “marcha fatal dos acontecimentos”, surgida das determinações “históricas e geográficas” profundas.¹³

Como explicar o hiato abismal entre as conclusões lógicas que gotejam quase por gravidade da documentação apresentada amplamente por Tasso Fragoso e as conclusões diametralmente opostas, de simplismo assustador, a que chega? É difícil compreender a explicação do conflito pelo general-historiador como devido essencialmente ou em grande parte aos humores do presidente paraguaio. Sobretudo após a apresentação de riquíssima informação documental sobre as tensões regionais, nascidas fortemente do impulso

¹⁰ Cf. MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. Revista digital *Estudios Históricos* – CDHRP - Agosto 2009 - Nº 2 – ISSN: 1688 – 5317. <http://www.estudioshistoricos.org/>

¹¹ FRAGOSO. *História da guerra [...]*. Ob.cit. p. 192

¹² Id.ib. p. 110.

¹³ Id.ib. p.10, 14.

hegemônico do Império, sobre o Paraguai e o Uruguai, e de Buenos Aires, em detrimento daquelas duas nações e das províncias que constituiriam a Argentina unitária.

A habilidade e a erudição historiográficas indiscutíveis de Tasso Fragoso registram-se em forma insofismável na assinalada construção e apresentação do acervo documental em que apoiou seu estudo. Portanto, aquele paradoxo não pode ser explicado como simples produto da rusticidade interpretativa comum à narrativa nacional-patriótica, produzida após o conflito, em geral por narradores improvisados, sobretudo, mas não apenas, saídos das filas do oficialato, como proposto.

Para resolvermos essa importante contradição, devemos voltar os olhos para os paradigmas epistemológicos de Tasso Fragoso, fundamentais na construção da referida “história militar crítica do Brasil”, da qual ele foi pioneiro magnífico. Paradigmas que conformaram uma produção historiográfica, como veremos, com objetivos e métodos particulares, essencialmente diversos e em contradição com a historiografia científica. Para tal, abordaremos telegraficamente a trajetória do destacado oficial e prestigioso intelectual do exército nacional.

Vida e obra de Tasso Fragoso

Natural de São Luís, no Maranhão, Tasso Fragoso ingressou muito jovem na Escola Militar, onde se diplomou em artilharia, nos anos anteriores à República. Seguiu os cursos de Estado Maior e Engenharia na Escola Superior de Guerra. Como cadete, foi discípulo muito próximo de Benjamin Constant [1836-1891], o principal quadro positivista a intervir no movimento republicano, que participara da guerra contra o Paraguai.¹⁴ No mínimo desde 1886, Tasso Fragoso colaborava em revistas literárias acadêmicas. A valorização da história como ciência da vida foi herança que o jovem militar certamente recebeu do positivismo.

Tasso Fragoso combateu à Revolta da Armada, em 1894, sob o comando máximo de Floriano Peixoto [1839-95], que lutara também com destaque no Paraguai. Mais tarde, dedicaria ao “Consolidador da República” a sua grande obra sobre aquele conflito. Já oficial, integrou a comissão de limites com a Bolívia, em 1900-1901, e delegação brasileira à Argentina, em 1909-10, adquirindo experiência diplomática e internacional. Sobretudo no último país, conscientizou-se do atraso da *História Militar Crítica* no Brasil, na sua visão, imprescindível para formar uma *doutrina militar para o exército nacional*.

Em 1918, com 50 anos, Tasso Fragoso alcançou o generalato. Quatro anos mais tarde, era chefe do Estado-Maior do Exército. Em 1930, comandou a junta governativa militar provisória que, após depor o presidente Washington Luís [1869-1957], entregou, sob pressão, o poder a Getúlio Vargas. Portanto, mesmo durante muito rápido período, de 24 de outubro a 2 de novembro, ocupou a presidência da república do Brasil. No poder, Getúlio Vargas destacou Tasso Fragoso como chefe do Estado-Maior do Exército, em 1931-32. Nesse ano, participou da repressão à chamada Revolução Constitucionalista. Em 1933, foi nomeado

¹⁴ LEMOS, Renato. (Org.) *Cartas da Guerra*: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Casa de Benjamin Constant, 1999; MAESTRI, Mário. *Cartas desde o Front da Guerra do Paraguai*. Revista Territórios e Fronteiras, V.2, n.1, jan./jun.2009, PPGH/UFMGs, pp. 118-127.

ministro do Supremo Tribunal Militar, onde se reformou, em 1938, com setenta anos, compulsoriamente. Portanto, no momento em que escrevia sua obra maior, transitava entre a chefia do Estado-Maior do Exército e o Superior Tribunal Militar.¹⁵

Fuzil, bernal e coturno

Conquistado pelo positivismo quando cadete, Tasso Fragoso não seguiu à risca a trilha e as lições do comtismo ortodoxo no Brasil. Ainda no momento em que escrevia sua obra magna, a Igreja Positivista do Brasil prosseguia na defesa das razões paraguaias no conflito e na exigência do perdão da dívida e da devolução dos troféus de guerra.¹⁶ Não há nesse primeiro volume da sua história da guerra contra o Paraguai qualquer referência às importantes páginas escritas pelo positivista ortodoxo Raimundo Teixeira Mendes [1855-1927], isentando o Paraguai da responsabilidade do início daquela guerra, na sua célebre biografia de Benjamin Constant.¹⁷

Tasso Fragoso fazia parte de movimento revisionista que se dissociou do antimilitarismo e pacifismo tradicional do positivismo, em geral, e dos positivistas ortodoxos brasileiros, em especial, entre os quais dominavam paradoxalmente os oficiais do Exército e da Marinha. Auguste Comte [1798-1857] defendera a “secreta incompatibilidade entre o espírito científico e o espírito militar”, propondo o *antimilitarismo*, o pacifismo e o advento de fraternidade universal, que se consubstanciaria na “Pátria Universal”. Esta última surgiria da organização científica da sociedade positiva e industrial e das tendências altruístas do homem. Para Comte, “o sentimento da Humanidade” devia ser colocado “acima do sentimento da Pátria”.¹⁸ O comtismo defendia igualmente a arbitragem internacional como meio de solução das oposições entre as nações. Nas guerras e nas *glórias* militares, via apenas miséria e atraso, à exceção de embates tidos no passado distante, que haviam feito avançar a Humanidade.¹⁹

Tasso Fragoso criticaria aquelas visões na “Advertência Preliminar” de *A Batalha do Passo do Rosário*, de 1922. Nesse trabalho, destacou a necessidade de estudos de história militar crítica do Brasil, apoiados em uma ponderada análise das fontes, para a consolidação

¹⁵ ARARIPE, General Tristão de Alencar, *Tasso Fragoso: Um pouco de História do Nosso Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960; KOIFMAN, Fábio [Org.]. *Presidentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2001.

¹⁶ MAESTRI, Mário. Dívidas e Troféus Paraguaios: A Polêmica entre Republicanos Positivistas e Nacional-Patriotas nos anos 1920. *Cadernos de Estudos Culturais*, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, v. 3, p. 113-142, 2011.

¹⁷ Cf. MENDES, R. Teixeira. *Benjamin Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira*. 1º vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1892

¹⁸ COSTA, Cruz. *O positivismo na República: notas sobre a história do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 83.

¹⁹ Cf. MAESTRI, Mário. Os positivistas ortodoxos e a guerra do Paraguai. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano II – nº. 4. Abril de 2011. <http://www.historiamilitar.com.br/artigo2RBHM4.pdf>; MENDES, R.T. “A República e o Militarismo. A propósito do projeto de mais um monumento comemorativo da Batalha do Riachuelo”. *Igreja e Apostolado Positivista do Brasil*, nº 241, Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, dezembro de 1906. 8. Pp.; MENDES, R.T. “O Militarismo ante a Política Moderna”. *Igreja e Apostolado Positivista do Brasil*, nº 246, Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, dezembro de 1906. 15 pp.

das tradições militares e para a construção de uma *doutrina militar para o exército brasileiro*.²⁰ Ele propunha o estudo da história militar do Brasil, desde os tempos coloniais, para que se apreendesse a *ciência e a arte* do fazer militar autóctone. Um conhecimento imprescindível, segundo ele, para a utilização crítica daquele *savoir faire*, sobretudo quando de guerra. Portanto, via a *história militar crítica* como um instrumento prático para a construção e o aperfeiçoamento das forças armadas brasileiras.²¹

Uma *démarche* pragmática e nacional qualitativamente diversa dos objetivos universalistas da historiografia científica. Em verdade, uma verdadeira regressão mesmo em relação à fraternidade utópica burguesa do positivismo comtiano, que permitira o avanço significativo da análise sintética de Raimundo Teixeira Mendes, sobre a intervenção no Uruguai, em relação a toda a produção de sua época. Compreende-se porque nas páginas iniciais do primeiro volume de *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, com grande honestidade intelectual, Tasso Fragoso registrou que seu “trabalho” destinava-se “particularmente aos [seus] camaradas”. Ou seja, à oficialidade do Exército.²² Tratava-se, sem ironias, de uma historiografia de combate, portando fuzil, bernal e coturno!

Na referida “Advertência Preliminar”, Tasso Fragoso escrevia: “Logo aos primeiros passos de minha vida como oficial do Exército Brasileiro, senti com mágoa, a deficiência de minha preparação histórica. Reconheci a falta ao conhecimento dos fastos da Pátria. Mas, sobretudo, os seus feitos militares.” O que o levaria a empreender e apoiar o conhecimento de história militar que destacasse os ditos *fastos* e *feitos* bélicos, necessários à construção *objetiva* e *subjetiva* de uma força armada nacional, no contexto social e estatal que lhe era vigente, que defendia como destacado dirigente e partícipe.

Revisionismo positivista

Na explicação dos seus sentimentos quando jovem oficial, Tasso Fragoso realiza crítica implícita aos pacifismo e antimilitarismo positivistas apenas assinalados, do qual certamente participara na escola militar. “Nos anos anteriores ao advento da República havia se arraigado no espírito de muitos, a falsa ideia de que a democracia verdadeira e a fraternidade real entre os povos, deviam fundamentar-se no esquecimento e até na maldição de certos fatos do passado.”²³ Era imprescindível pôr fim a qualquer sentimento de fraternidade supranacional, em defesa do que via como interesses do Estado nacional brasileiro, a ser defendido, caso necessário, militarmente, pelas forças armadas.

Uma análise dos fatos desde uma ótica supranacional era totalmente estranha aos objetivos da historiografia pragmática de Tasso Fragoso. Portanto, general-historiador não compartia a proposta de explicação das contradições nacionais – e dos fatos militares decorrentes – a partir de *normas morais universais*. Normas morais universais que,

²⁰ FRAGOSO, Tasso. *A Batalha do Passo do Rosário* Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922. “Advertência Preliminar”.

²¹ BENTO, Cel Claudio Moreira. “Como estudar e pesquisar a história do exército brasileiro”, **Capítulo 2**, www.ahimtb.org.br/comoestudar.htm. Acessado em 10.07.2012.

²² FRAGOSO. *História da guerra [...]*. Ob.cit. p. 7.

²³ FRAGOSO. *A batalha do [...]*. Ob.cit.

expressão do internacionalismo burguês utópico do positivismo ortodoxo, deviam reger o relacionamento entre as nações. A *pátria* era princípio axiológico de base para a epistemologia historiográfica de Tasso Fragoso.

Era ainda mais estranha à historiografia de Tasso Fragoso a proposta epistemológica de interpretar a história a partir das necessidades dos povos, ou seja, das classes populares e subalternizadas, por sobre as ditas razões de suas classes dominantes nacionais. Classes populares e subalternizadas literalmente evacuadas da narrativa de Tasso Fragoso em questão, como veremos. Essa visão epistemológica, era naquele então avançada pela historiografia marxista que, por anos ainda, não frutificaria no Brasil, país de frágil e dispersa classe trabalhadora moderna.

Tasso Fragoso movia-se nos quadros restritivos da defesa e da justificativa da ação do Estado brasileiro, do qual o exército era uma expressão institucional. O caráter essencialmente nacional de sua historiografia levava-o a servir-se dos qualificativos “*nosso*”, “*nós*”, etc. para referir-se às forças armadas e aos objetivos imperiais. “Manuel Oribe, general que pelejara contra *nós* no passo do Rosário [...]”²⁴ Devido aos seus pressupostos metodológicos básicos, sua narrativa justifica sempre os objetivos e as ações do Estado imperial, mesmo quando em contradição patente com a documentação por ele reunida e apresentada. O que tende a anular seu esforço documental e sua proposta de análise pregressa dos fatos para seu real entendimento.

A guerra não acabou

Tasso Fragoso lia os sucessos que analisava como membro distinguido do Estado republicano, que compreendia como metamorfose essencial do Estado imperial. Portanto, para ele, as forças armadas do Império, apesar de suas profundas singularidades, eram o momento constitutivo, sem rupturas essenciais, do exército republicano, a que ele pertencia com destaque. Uma visão, diga-se de passagem, que desconhecia as diferenças de qualidade entre as forças armadas da colônia e do Império, por um lado, correspondentes a uma formação social escravista, e as da República Velha, expressão social de sociedade oligárquica elitista apoiada no trabalho livre.²⁵ Para Tasso Fragoso, a historiografia crítica devia sobretudo analisar os lapsos e tropeços das forças armadas do Brasil na consecução de objetivos estatais tidos como verdades axiomáticas.

Certamente para o general-historiador, problematizar os objetivos e as ações do Estado nacional constituía caminho para eventual questionamento do próprio sentido e razão do mesmo, do qual as forças armadas eram mera extensão. Um questionamento que induziria ao relaxamento e à eventual corrosão da coesão *subjetiva* a que a história crítica militar do Brasil pretendia contribuir. Para a historiografia militar, a crítica essencial dos fatos, por sobre os pressupostos surgidos da constituição nacional como se dava, constituía e constitui processo impensável.

²⁴ Id. *História da guerra [...]*. Ob.cit. p. 11. destacamos

²⁵ Cf. SOUSA, Jorge Luiz Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/ADESA, 1996; CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

Em 1-3 de outubro de 2010, em Asunción, desenvolveu-se o “Segundo Encuentro Internacional de Historia sobre las Operaciones Bélicas durante la Guerra de la Triple Alianza”. Durante aquele encontro científico sobre a história militar da Guerra Grande, foi possível assistir militares-historiadores brasileiros referirem-se nas suas comunicações aos paraguaios de 1865-70 como *nostros* “inimigos”. E isso diante de diversos comunicadores paraguaios, também profissionais de Marte e cultores de Clio, que não piscaram olho, em demonstração de indiscutível *savoir faire*, ainda que tal proposta de *atualização* nacional da história os construísse como os “inimigos” de agora, dos comunicadores brasileiros.

Constitui indiscutível registro do limite epistemológico da visão historiográfica de Tasso Fragoso o fato de que ela não permitia apreciação desapassionada e neutra dos sucessos bélicos abordados, independente da nacionalidade das forças neles envolvidas. O que explica, no que se refere à grande guerra do Prata, a impossibilidade da historiografia militar *crítica* e *descritiva* de explicarem fenômenos como a belicosidade do soldado paraguaio, na defesa de seu país, em relação ao praça imperial, alienado dos objetivos e resultados do confronto. Até hoje, aquele fenômeno, ou seja, a belicosidade do soldado paraguaio, se constitui como paradoxo insolúvel para a historiografia militar descritiva e crítica, explicado através da *fanatização*, do *terror*, etc. supostamente imposto por Francisco Solano López a sua tropas.

Apenas os oficiais

Compreende-se por que na leitura de Tasso Fragoso não haja espaço para descrição, mesmo *plástica* e *pictórica*, das classes populares e subalternizadas, arroladas nas forças armadas imperiais e uruguaias. Elas são enumeradas sumariamente como *praças*, ao avaliar as forças em conflito. “O efectivo do exército brasileiro em 1864 era reduzido; orçava a 18.000 homens, disseminados em todo o país.”²⁶ Nada se informa sobre quem eram esses homens, como viviam, como combatiam, como morriam, etc.

Em outro desdobramento de visão nacional-patriótica da historiografia militar crítica, apenas os governantes, os diplomatas e os oficiais superiores têm os nomes e as qualidades registradas, positiva e negativamente, conforme sejam *aliados* ou *inimigos* do Império. Juan Manuel de Rosas [1793-77] é definido como “inqualificável ditador”, além de outros epítetos ainda mais fortes; Caxias é militar capaz, político sábio, etc.; José Gaspar de Francia, homem “desumano”; Bartolomé Mitre [1821-1906] é objeto de elogios rasgados, entre eles, o de ser um grande patriota.²⁷

Tasso Fragoso dá escassa atenção às razões sociais e econômicas dos fatos que analisa, limitando-se essencialmente à análise da *alta política*, ou seja, da ação dos governos constituídos, através de seus protagonistas excelentes. O que inviabiliza qualquer compreensão mais profunda das determinações dos sucessos bélicos. A ordem escravista que organizava social e economicamente o Império é apenas por ele referida quando aborda os tratados de 12 de março de 1851.

²⁶ FRAGOSO. *História da guerra [...]*. Ob.cit. p. 135. destacamos

²⁷ Id.ib. Ob.cit. p. 16, 19, 54, 94, 99.

Esses acordos, impostos pelo Império ao governo oriental da Defesa, determinavam a devolução obrigatório, pelo governo uruguaio, dos “africanos e seus descendentes escapos ao domínio dos respectivos senhores” brasileiros. É fenômeno igualmente não registrado pelo autor a extensão da utilização da mão de obra escravizada, ao arrepio da lei do país, nas fazendas de propriedade sobretudo de criadores rio-grandenses, que dominavam amplamente a Banda Norte do Uruguai, uma verdadeira *terra riograndensis*.²⁸

A escravidão e a guerra

Ao abordar a obrigação de extradição dos cativos brasileiros que haviam obtido a liberdade fugindo para o Uruguai, ao mesmo tempo em que lamenta a instituição medonha, que teria combatido quando jovem positivista, Tasso Fragoso a justifica, como “ponto de vista naquela época”. Entretanto, não se refere ao fato de que, na América Latina, tal “ponto de vista” restringia-se então quase apenas ao Império, tendo já o Chile, o Uruguai e a Argentina abolido a escravatura!²⁹ Destaque-se igualmente que o general era originário do Maranhão, província escravista por excelência, e que vivera seus dezenove primeiros anos sob a vigência da instituição maldita.

A ordem escravista mostraria-se, entretanto, direta e indiretamente o grande handicap negativo, quando da tentativa de organização de exército imperial, através de um amplo movimento de conscrição militar. E a instituição era vista, igualmente, por orientais e paraguaios, como indiscutível fragilidade a ser aproveitada militarmente. Em verdade, tratava-se de especificidade social que os orientais tentariam utilizar quando do ataque derradeiro a Jaguarão, no Rio Grande do Sul, em 27 de janeiro de 1865, em um momento em que o governo *blanco* entrava em agonia final.

Durante aquele ataque, o general oriental Basilio Munhoz lançou « Proclamação », escrita ainda em território uruguaio, sete dias antes, que deixava claro que ao invadir o território rio-grandense, os orientais contavam com a possibilidade de uma revolta servil nas regiões fronteiriças: « Proclamação. O general em chefe do exército da vanguarda da República Oriental do Uruguai. Soldados! Vamos pisar o território que o império do Brasil nos há usurpado, é necessário que com vosso patriotismo reconquistemos seu domínio, fazendo tremular nele nossa bandeira, e dar a liberdade aos **desgraçados homens de cor que gemem debaixo do jugo da escravidão, que a humanidade reprova** [...]». ³⁰ Concomitantemente ao ataque a Jaguarão, o sudeste do Rio Grande do Sul conheceu uma relativamente ampla agitação insurrecional servil, ao menos em parte propiciada por orientais adictos ao governo *blanco*. ³¹

²⁸ PALERMO, Eduardo Ramón Lopez. Tierra esclavizada: el norte uruguaio en la primera mitad del siglo 19. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008. [dissertação de mestrado].

²⁹ FRAGOSO. *História da guerra* [...]. Ob.cit. p. 49.

³⁰ Documentos relativos à invasão da Província do Rio Grande do Sul, mandados colligir pelo Ministério da Guerra para serem presentes ao corpo legislativo. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866.p. 13; destacamos.

³¹ Id.ib., p. 10 *et seq.*

Em 28 de outubro de 1864, após a invasão do Uruguai pelas tropas imperiais, José Vázquez Sagastume [1828-1897], enviado oriental extraordinário a Asunción, apresentava *memorandum* confidencial a José Bergés [1820-1868], ministro das relações exteriores do Paraguai. O documento tratava das vantagens a serem exploradas pelos dois países em um eventual confronto com o Império: "Há, além disso, no Rio-Grande e noutras províncias do Império, um elemento poderoso que pode fazer-se valer em seu prejuízo. A *escravatura liberta sob a proteção das armas republicanas* deve ser naturalmente um auxiliar da boa causa, convertendo-se naturalmente inimiga de seus opressores."³² A escravidão, constrangimento para a historiografia nacional-patriótica brasileira, foi indiscutivelmente importante determinação objetiva e subjetiva daquele confronto, de importantes decorrências militares, não podendo ser mantida à margem de sua análise.

A visão pragmática patriótico-elitista da *história militar crítica* inaugurada por Tasso Fragoso delimitava *a priori* o que se podia e o que se devia dizer. Por um paradoxo da história, essa visão epistemologicamente limitada não tem sido influenciada pela historiografia científica acadêmica, que, ao contrário, tem retomado habitualmente suas propostas e razão, em uma verdadeira restauração historiográfica dos temas, processos e avaliações da história militar descritiva e crítica, com destaque para a grande guerra sul-americana de 1864-70.³³

³² FRAGOSO. *História da guerra [...]*. Ob.cit. p. 207.

³³Cf. DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.